



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

02/04/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	3 - 9
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	10

De Jesus



Bonecos de Judas colocados na cabeceira da Ponte do São Francisco trouxeram críticas

Tradição

“Malhação de Judas” é marcada por críticas

Bonecos que representam o discípulo que traiu Jesus Cristo foram expostos em diversos bairros, no Sábado de Aleluia, e muitos trouxeram duras críticas para a política e a justiça brasileira. **CIDADES 6**

Tradicional “malhação de Judas” é marcada por críticas

Bonecos que representam o discípulo que traiu Jesus Cristo foram expostos em diversos bairros da capital maranhense e alguns trouxeram duras críticas para a política e a justiça brasileira

De Jesus

Durante o Sábado de Aleluia ocorreu em São Luís, a tradicional malhação de Judas, personagem bíblico que representa a traição a Jesus Cristo. Bonecos foram expostos em diversos bairros da capital maranhense e marcaram críticas à política e a justiça brasileira.

Um boneco de Judas com as características da Deusa da Justiça (com a balança e a venda nos olhos) foi confeccionado por artistas do Laboratório de Expressão Artísticas (Laborarte) e exposto em um poste que fica em frente ao estabelecimento, na Rua Jansen Muller, no centro de São Luís. O idealizador Nelsinho Martins explicou sobre a arte. “Estamos criticando todos que se fazem de justos, mas de justos não têm nada. Deveriam fazer justiça, mas abusam do poder e atuam politicamente”, ressaltou Martins.

Na Ponte do São Francisco, três bonecos sentados diante de uma mesa representavam os três Poderes - o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Próximo aos três Judas, havia um outro boneco isolado sentado em um banco.

O artista plástico José Raimundo Coelho, Bamba, de 54 anos, que confeccionou os judas declarou que os bonecos possuem como foco criticar os problemas do país, princi-



Três judas que foram colocados na cabeceira da Ponte do São Francisco, criticou os três poderes

Malhação de Judas é tradição no sábado de Aleluia

palmente, no setor político e judiciário. “O Judas do meio representar o Judiciário e no momento está na mira dos outros poderes”, explicou José Coelho.

Ele também disse que todos os anos tem esse costume em companhia de outros amigos de fazer Judas e tratando temas polêmicos. No ano passado, o Judas tinha como tema principal a violência no Maranhão.

Moradores do bairro Vila Bessa confeccionaram um boneco com a seguinte mensagem “Punição para

talarica”. Segundo os populares, o Judas representava um vizinho que teria investido para ter um relacionamento amoroso com a companheira de um amigo.

Na Vila dos Nobres, moradores fizeram o Judas em homenagem a um vizinho, denominado Magno. França, um dos que produziu o boneco, disse que há mais de uma década que os populares fazem o Judas ainda durante a noite de Sexta-Feira Santa para perdurar no poste na manhã de Sábado de Aleluia. ●

100 dias de Joaquim Figueiredo

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos foi eleito para comandar o Tribunal de Justiça do Maranhão pelo biênio 2018-2019. O magistrado fez um balanço dos 100 primeiros dias à frente do Judiciário Maranhense. O presidente do TJ avaliou este período de sua gestão de maneira bastante positiva, principalmente no que diz respeito à modernização dos serviços prestados aos jurisdicionados.

POLÍTICA



Estamos fazendo um trabalho para que a Justiça não se torne dificultosa, fazendo com que a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida de que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade

Joaquim Figueiredo,
presidente do TJMA

100 dias de Joaquim Figueiredo

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, analisa positivamente os seus 100 primeiros dias à frente do Poder Judiciário

PAULO DE TARSO JR.

Eleito para comandar o Tribunal de Justiça do Maranhão pelo biênio 2018-2019, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos fez um balanço dos 100 primeiros dias de sua gestão no Judiciário Maranhense. Durante esse período, o presidente do TJ avalia sua gestão de maneira bastante positiva, principalmente no que diz respeito à modernização dos serviços prestados aos jurisdicionados.

“Em 100 dias, o Tribunal de Justiça promoveu importantes ações no sentido de modernizar os serviços prestados aos jurisdicionados, com ênfase para projetos voltados à celeridade processual”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Os avanços desses primeiros 100 dias à frente do TJMA correspondem ao dis-

curso empregado por Joaquim Figueiredo ao ser eleito para presidir o Tribunal. Naquela ocasião, o desembargador foi enfático ao elogiar seu antecessor, desembargador Cleones Cunha, mas defendeu melhores condições de trabalho a juízes de 1º grau.

“Nós temos que dar ainda, imprimir melhores condições aos colegas, os juízes de 1º grau, porque é o alicerce. Sem os colegas o Tribunal de Justiça não funciona. Basta que se fale ‘veja onde está o Maranhão hoje’, junto ao CNJ, é o quarto estado com maior produtividade e isso é fruto de um trabalho de todos nós”, disse Joaquim Figueiredo em outubro do ano passado.

Dentre algumas medidas positivas desses primeiros 100 dias como presidente do Tribunal de Justiça do Mara-

nhão, destaque para o Projeto de Lei que reajustou em 5% os salários e aumento dos auxílios-saúde e alimentação dos servidores.



**Ano em que terminará
o mandato do
desembargador
Joaquim Figueiredo**



Estamos fazendo um trabalho para que a Justiça não se torne dificultosa, fazendo com a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade

**Joaquim Figueiredo,
presidente do TJMA**

OUTRAS QUESTÕES

Pelo menos duas outras questões importantes estão como prioridades na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo. A primeira delas é responsabilidade socioambiental.

“É uma ação afirmativa, cujos resultados já se materializam com o importante trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental que, numa reunião de avaliação e planejamento na minha gestão, mostrou a sua importância institucional. O Núcleo representa um marco histórico na trajetória da Corte estadual de Justiça e já integra o rol dos valores organizacionais do órgão”, pontuou.

O magistrado disse que priorizar a sustentabilidade é se preocupar com o futuro do planeta. “A estratégia de elaborar planos de ação para avançar rumo a um padrão de desenvolvimento sustentável é uma inteligente solução para preservar o meio ambiente, gerar economia e equilibrar gastos diante das limitações econômicas enfrentadas no momento”, assinalou.

A segunda ação está relacionada à proteção às mulheres. Para a redução do tempo entre o protocolo e o recebimento, pelo juiz responsável, dos pedidos de medidas protetivas de urgência em favor de mulheres vítimas de violência, o presidente do TJMA e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinam Termo de Cooperação com a Secretaria de Segurança do Estado, para integrar as delegacias da Mulher da capital ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) – sistema que gerencia a tramitação de processos judiciais eletrônicos.

Com a integração, as oito delegacias de Polícia Civil que recebem denúncias de violência doméstica em São Luís passaram a protocolar eletronicamente os pedidos de medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), agilizando a apreciação pelo juiz de Primeiro Grau.

“A iniciativa representa um passo importante no fortalecimento do combate à violência doméstica e familiar. A união entre os poderes públicos deve visar ao objetivo comum de levar a efetiva justiça à sociedade”, frisou.

PERTO DO CIDADÃO

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos disse que a diretriz estratégica de sua gestão tem sido manter o Poder Judiciário próximo do cidadão, ao alcance da sociedade. "Estamos fazendo um trabalho para que a Justiça não se torne dificultosa, fazendo com a população a compreenda melhor e possa nela crer, convencida de que ela é a defensora natural do patrimônio moral e material da sociedade".

Para o magistrado, é importante elevar a primazia absoluta à qualidade da prestação jurisdicional, entendendo-se por qualidade não apenas o teor científico das decisões proferidas, como também o tempo que se leva para proferi-las e para fazer com que elas sejam cumpridas.

Ele diz que a orientação da sua gestão no Tribunal de Justiça é manter atualizadas as atividades institucionais que objetivam maior aproximação com os cidadãos, dando resposta judicial efetiva à sociedade maranhense.

NOVA SEDE

No período, o presidente do TJMA, em reuniões com o governo do estado, deu vários encaminhamentos com vistas à construção do Complexo "Cidade da Justiça, onde será instalada a nova sede do Tribunal de Justiça. "A tendência é nosso quadro de pessoal se expandir, sem que tenhamos possibilidade de ampliação da atual sede do Poder Judiciário. Com isso, é necessário que o Tribunal passe a funcionar num prédio mais amplo e com boas condições estruturais, capaz de garantir melhores condições de trabalho aos servidores e uma eficiente prestação de serviços à sociedade", ressalta o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.



Em 100 dias,
o Tribunal de
Justiça promoveu
importantes
ações no sentido
de modernizar
os serviços
prestados aos
jurisdicionados,
com ênfase para
projetos voltados
à celeridade
processual

**Joaquim Figueiredo,
presidente do TJMA**

MEDIDAS ADOTADAS EM 100 DIAS DE GESTÃO

- Projeto de Lei que reajustou em 5% os salários dos servidores;
- Aumento dos auxílios-saúde e alimentação dos servidores;
- Anúncio da vigência da Resolução para garantir mais eficiência ao trabalho desenvolvido na área de segurança institucional;
- Entrega de ambulância com equipamentos para atendimento de magistrados, servidores e de pessoas que utilizam os serviços judiciários no prédio-sede do TJMA;
- Implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário;
- Plano de capacitação de servidores e magistrados para o ano de 2018, elaborado com o diretor da Escola Superior da Magistratura, desembargador Paulo Velten;
- Implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário;
- O apoio incondicional ao Núcleo de Solução de Conflitos no sentido de reduzir a litigiosidade, utilizando os mecanismos de conciliação, também incluem-se entre as atividades desenvolvidas no período.

OUTRAS PRIORIDADES

- Valorização da Casa da Criança;
- Apoio à ouvidoria e realização de audiências públicas;
- Ação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, com as atribuições de fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade;
- Investimentos na Divisão de Arquivo do Poder Judiciário para manter preservado o patrimônio de valor inestimável.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Privilégio antirrepublicano

O Estado ainda é a principal fonte de recursos para os partidos políticos que, apesar de não poderem mais receber doações de pessoas jurídicas, vão dispor de R\$ 2,6 bilhões para bancar as campanhas eleitorais este ano. O montante é a soma entre o valor do Fundo Partidário, de R\$ 888,7 milhões, e do novo Fundo Eleitoral, de R\$ 1,7 bilhão, aprovado pelo Congresso Nacional.

O fundo partidário – filho da malsã ideologia que historicamente predomina no Brasil – é uma das inúmeras possibilidades oferecidas à classe política para auferir ganhos e espoliar a “Viúva”, ou seja, o Estado brasileiro, com as estratégias espoliativas transformadas em lei no Congresso Nacional. Privilégio antirrepublicano, o Fundo Partidário – com seu caráter vultoso em momento de imensas dificuldades econômicas – é gasto pelas agremiações políticas de modo obscuro e viciado sem fomentar sequer o desenvolvimento partidário.

É dinheiro demais que sai de áreas prioritárias para alimentar grupos de privilegiados que dominam as cúpulas partidárias. A dinheirama repassada pelo Fundo Partidário às direções nacionais dos partidos políticos dificilmente chega à ponta, aos órgãos partidários municipais.

Muitos dirigentes de partidos são comprovadamente mantidos com o dinheiro do Fundo Partidário e não querem nem imaginar em largar essa generosa verba em algum momento.

Quanto menos organizada e democratizada for a estrutura de cada agremiação partidária, maiores são os abusos e vícios na utilização desses recursos eminentemente públicos.

A transferência de recursos públicos aos partidos políticos é juridicamente questionável, uma vez que a Constituição Federal coloca as agremiações partidárias no rol das entidades jurídicas de direito privado, uma típica sociedade civil sem fins lucrativos, inclusive com a inscrição do seu ato constitutivo – o seu estatuto – no registro civil de pessoas jurídicas.

O partido político é uma sociedade civil de pessoas com iguais direitos e deveres, unidas em torno de um ideário político comum, cujo objetivo principal é atingir o poder político, ou influenciá-lo tanto quanto for possível, para permitir a gestão e o controle do Estado. Sendo assim, como é que um ente de direito privado, mantido com verbas públicas, pode utilizar esses recursos em práticas viciadas que beneficiam tão somente cúpulas partidárias insaciáveis que nadam em nosso dinheiro?

O pior de tudo é que gostemos ou não dos partidos ou dos políticos que neles militam, quem acaba pagando pela sobrevivência dessas agremiações somos todos nós, indistintamente, independentemente de concordarmos ou não com suas linhas políticas, com as ideologias que pregam, com os programas que propõem.

Obra surreal, o Fundo Partidário abastece os cofres dos partidos políticos com as próprias multas que essas siglas pagam quando condenados pela Justiça por práticas ilegais. Ou seja, quanto mais ilegalidades cometerem,

mais multas enriquecem o Fundo para voltarem para os próprios partidos políticos.

Embora os recursos destinados às legendas sejam para financiar campanhas, contratar funcionários, manter fundações de pesquisa, as prestações de contas quase sempre incluem despesas pessoais de dirigentes, bebidas alcoólicas, jantares em churrascarias, uso de jatinhos, ou seja, gastos irregulares.

Somente em 2018, o bilionário Fundo Partidário retirou R\$ 472,3 milhões originalmente destinados à educação e a saúde.

Além do Fundo Partidário, há ainda outra grande benesse para os partidos políticos, que é o horário eleitoral “gratuito”, que, na verdade, não tem nada de gratuito.

A propaganda partidária gratuita que invade os intervalos comerciais seguidamente e a propaganda eleitoral gratuita que buzina nossos ouvidos são exibidas sob a pecha de horário eleitoral “gratuito” porque, de fato, as legendas não precisam desembolsar um único real para exibí-las, o que não significa, é claro, que ninguém pague.

Gratuito para as legendas, o tempo de propaganda partidária é pago pelo governo federal na forma de isenção de impostos para as emissoras de rádio e televisão.

O subsídio para que os partidos façam propaganda de si próprios é indireto, ou seja, as legendas nem sequer tomam conhecimento das quantias envolvidas.

Atualmente, 5% dos recursos do Fundo Partidário são divididos em partes iguais a cada um dos 35 partidos existentes, enquanto os 95% restantes são repassados às legendas na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados.

A reforma política, no entanto, determinou a criação de uma cláusula de desempenho eleitoral que mudará essa distribuição a partir de 2030, quando só terão acesso aos recursos os partidos que obtiverem no mínimo 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados.

Na prática, essa regra será capaz de extinguir uma série de partidos considerados ‘nanicos’, pois esses dependem vitalmente das verbas do fundo partidário.

Duodécimos (1)

Os 35 partidos com registro no TSE receberam R\$ 62,9 milhões em duodécimos do Fundo Partidário relativos a janeiro de 2018. Serão distribuídos R\$ 888,7 milhões de recursos do Fundo Partidário às legendas políticas.

Duodécimos (2)

Ao todo, serão distribuídos R\$ 780 milhões aos partidos na forma de duodécimos e mais R\$ 108 milhões a título de multas e penalidades aplicadas nos termos do Código Eleitoral.